

(Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy.

Tem V. Exa. 10 minutos regimentais.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Caro presidente, Major Mecca, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, de importância histórica a determinação de hoje do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal: provas serão anuladas por desrespeito ao devido processo legal, descumprimento de decisões judiciais superiores, subversão de provas e atuação parcial.

A decisão do ministro do STF também classificou a prisão do presidente Lula, em 2018, no âmbito da Operação Lava Jato, como um dos maiores erros judiciários da história do Brasil.

Em “O Globo”, na internet, pode-se ler que o ministro Toffoli anulou as provas de acordo de leniência da Odebrecht e determinou a investigação de agentes públicos que atuaram no acordo com a empresa Odebrecht.

O ministro Dias Toffoli determinou a anulação de todas as provas obtidas no acordo de leniência da Odebrecht homologado em 2017, que atingiu dezenas de políticos, de vários partidos.

Nos últimos anos, os ministros Ricardo Lewandowski, hoje aposentado, e Toffoli, que herdou o caso, já haviam anulado as provas em diversos processos, incluindo o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essas decisões, contudo, eram tomadas caso a caso.

Agora, a determinação ali para todas as ações: “O reconhecimento da referida imprestabilidade deve ser estendido a todos os feitos que tenham se utilizado de tais elementos, seja na esfera criminal, seja na esfera eleitoral, seja em processos envolvendo ato de improbidade administrativa, seja, ainda, na esfera cível”, escreveu o ministro Toffoli.

Isso não significa que todos os casos que envolvam as provas da Odebrecht estão automaticamente arquivados. Caberá ao juiz de cada processo fazer a análise sobre se há outras provas e se elas foram contaminadas. Na sua decisão, Toffoli também critica a prisão de Lula ocorrida em 2018 no âmbito da operação Lava Jato.

Para o ministro, ela poderia ser chamada de um dos maiores erros judiciários da história do País. Mas foi muito pior: “Tratou-se de uma armação fruto de um projeto de poder de determinados agentes públicos em seu objetivo de conquista do Estado por meios aparentemente legais”, escreveu.

Em seguida, o ministro afirma que esse episódio foi o verdadeiro ovo da serpente dos ataques à democracia e às instituições, que já se denunciavam em ações e vozes desses agentes contra as instituições e ao próprio Supremo Tribunal Federal.

O ministro do STF ainda determinou que a Procuradoria-Geral da República e outros órgãos devem identificar os eventuais agentes públicos que atuaram e praticaram os atos relacionados ao acordo de leniência, e adotem as medidas necessárias para apurar responsabilidades, não apenas na seara funcional, como também nas esferas administrativa, cível e criminal.

A medida vale também para o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério da Justiça, entre outros.

Para Toffoli, os envolvidos no acordo desrespeitaram o devido processo legal, descumpriram decisões judiciais superiores, subverteram provas, agiram com parcialidade e fora da sua área de competência.

Um dos argumentos utilizados por Toffoli para justificar a decisão é a quebra da cadeia de custódia de provas obtidas pelos investigadores. Ele cita que, no caso de transmissão ou recebimento de dados e informações de outros países, é preciso formalizar os acordos de cooperação por meio do governo brasileiro, segundo resposta do departamento responsável por essas tratativas do Ministério da Justiça, incluída pelo ministro na decisão.

Isso não ocorreu quando a Lava Jato obteve dados do sistema da Odebrecht que continham a contabilidade e os registros dos pagamentos de propinas. Diante desse cenário, é preciso reconhecer que as causas que levaram à declaração de imprestabilidade dos referidos elementos de prova são objetivos, concluiu o ministro ao anular as provas dos sistemas Drousys e My Web Day B, onde a Odebrecht registrava os pagamentos.

O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou que, quando for comunicado oficialmente da decisão, irá enviá-la para a Polícia Federal, para cumprimento da determinação de apuração de responsabilidade criminal de agentes públicos. Para a Advocacia Geral da União, Toffoli determinou apuração dos danos causados pela União e por seus agentes aos investigados.

Após a decisão, o órgão anunciou a criação de uma força-tarefa para investigar as condutas do ex-juiz Sérgio Moro e de membros do Ministério Público Federal. Toffoli também determinou que a 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pela Lava Jato na primeira instância, e o Ministério Público Federal, apresentem em dez dias o conteúdo integral de todos os documentos anexos, apensos e expedientes relacionados ao acordo de leniência, incluindo documentos recebidos do exterior por vias oficiais ou não, bem como documentos, vídeos e áudios relacionados às tratativas.

A decisão ainda trata de mensagens apreendidas nas operações Spooing, que investigou a invasão de celulares de membros da força-tarefa da Lava Jato. O Supremo Tribunal Federal já vinha concedendo acesso às mensagens de diversos investigados. Também de maneira específica, agora, Toffoli considerou que todos os investigados e réus processados com base em elementos de prova contaminados em qualquer âmbito ou grau de jurisdição podem ter acesso à íntegra.

Além disso, a Polícia Federal deve enviar, em até dez dias, o conteúdo integral das mensagens, incluindo todos os anexos e apensos, sem qualquer espécie de cortes ou filtros. O ministro ressaltou que, caso essa determinação não seja cumprida, pode ocorrer o crime de desobediência.

A decisão foi tomada em uma ação apresentada pela defesa de Lula ainda em 2020, para questionar as provas obtidas no acordo de leniência da Odebrecht. No decorrer da tramitação, o processo passou a tratar das mensagens obtidas na operação Spooing.

O primeiro relator, Ricardo Lewandowski, suspendeu e depois trancou as ações penais de Lula. A partir daí, diversos outros investigados passaram a pedir extensão da decisão.

Também foram beneficiados o vice-presidente, Geraldo Alckmin, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, os ex-ministros Edson Lobão e Paulo Bernardo, o empresário Paulo Skaf, o operador Rodrigo Tacla Duran e o ex-presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, entre outros.

Com a aposentadoria de Lewandowski em abril, Toffoli herdou o caso. Nos últimos meses, ele concedeu extensão a pessoas como o ex-governador Sérgio Cabral, ao ex-ministro Gilberto Kassab e ao ex-tesoureiro do PT, João Vaccari, dentre outros.

Indicado por Lula ao STF, após ter trabalhado em seu governo e para o PT, Toffoli distanciou-se do presidente nos últimos anos. Lula demonstrou mágoa por ele não ter autorizado sua ida ao velório do irmão Genival Inácio da Silva, o Vavá, quando ele estava preso, em 2019.

Nos últimos meses, no entanto, Toffoli tem atuado para diminuir essa resistência. Um dos movimentos feitos por ele foi a mudança da primeira para a segunda turma do STF, o que facilitou a entrada do Cristiano Zanin, ex-advogado do Lula, na corte. A segunda turma analisa as ações da Lava Jato. Se fosse para esse colegiado, Zanin poderia ter que se declarar impedido no julgamento.

Atualmente - para concluir, Sr. Presidente - o ministro tem trabalhado pela indicação do desembargador Carlos Von Ada-

mek ao STJ, o nome dele consta da lista quádrupla enviada a Lula, que escolherá dois nomes.

Muito obrigado, presidente Major Mecca.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Dando sequência à relação dos oradores inscritos no Grande Expediente, deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Major Mecca. Já fiz uso da palavra. Deputada Beth Sahão. (Pausa.) Deputado Emidio de Souza. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando Ferreira. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem dez minutos regimentais para o uso da tribuna.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, deputado Mecca, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, dando continuidade à minha intervenção de hoje: no primeiro pronunciamento, falei que o governo estadual, através do Feder, dono da Multilaser, Renato Feder, secretário da Educação, está entregando os anéis para não entregar os dedos.

Ele demitiu o coordenador pedagógico da Coordenadoria Pedagógica, responsável por esses slides que iriam substituir o livro didático, não fosse a nossa intervenção, e é também responsável por uma boa parte do caos que se instalou na rede estadual de ensino.

Mas dou continuidade, Sr. Presidente. Hoje também, além dessa exoneração publicada no “Diário Oficial”, tem outra publicação no “Diário Oficial”, da Resolução nº 39, de 2023, da Secretaria Estadual de Educação, que, na prática, revoga a Resolução nº 25, de 2023.

Quero até colocar a notícia de hoje: “Em novo recuo, gestão Tarcísio abandona a exclusão de alunos com 15 faltas”. Nós tínhamos denunciado na semana passada aqui pela tribuna. Inclusive, eu protocolei um PDL, um projeto de decreto legislativo, para revogar essa famigerada medida de expulsão em massa de alunos da rede estadual, porque, ao que tudo indica, o governador Tarcísio já está preparando o enxugamento da rede estadual, fechando salas, expulsando alunos em massa, fazendo expulsão em massa, porque ele vai reduzir, ou pretende reduzir o orçamento da Educação.

O investimento da Educação será drasticamente reduzido através de uma PEC que ele disse que vai encaminhar para a Assembleia Legislativa reduzindo o orçamento de 30 para 25%, ou seja, isso representa aproximadamente de nove a dez bilhões de reais a menos por ano para a Educação do estado de São Paulo.

Então, não é à toa que essas medidas estão sendo tomadas. Fechamentos de salas em todo o Estado e expulsão em massa de alunos, através dessa Resolução nº 25, de 2023. Por conta da pressão da opinião pública, da imprensa, do Magistério Estadual e de vários segmentos da sociedade, o governo começa a recuar. Ele entrega os anéis para não entregar os dedos, ou o dedo, que é o próprio secretário da Educação, Renato Feder.

Esse tem que ser exonerado imediatamente, porque é um verdadeiro escárnio a permanência dele nessa secretaria. Ele é o culpado do que vem acontecendo. É dono da Multilaser, empresário, e tem contratos milionários com a própria Secretaria da Educação, que ele fiscaliza. Ele fiscaliza. É ele que paga exatamente o quê? Ele paga a sua própria empresa, a Multilaser. Aqueles 200 milhões em contratos.

Isso é um escárnio. Não é nem conflito de interesses, é escárnio total, é uma agressão ao princípio da administração pública inscrito na Constituição Federal, no Art. 37, que fala da moralidade. Então, não tem moralidade nenhuma um secretário da Educação ter um contrato milionário com sua própria empresa, ele pagar e fiscalizar esse pagamento.

Sr. Presidente, então, caiu o Ricardo Dias, que também é ligado a essas empresas de plataformas digitais. Isso virou uma máfia na Seduc, na Secretaria da Educação, mas o secretário recuou. Está aqui, olha: “Em novo recuo, gestão Tarcísio abandona exclusão de alunos com 15 faltas”. Eu tinha denunciando aqui, então estão me poupando, não vou ter mais que aprovar o meu PDL.

Eu apresentei um PDL, está aqui o nosso PDL nº 30, Projeto de decreto legislativo nº 30, que revoga, exatamente, essa Resolução nº 25. Eu protocolei isso na semana passada, porque o decreto é do dia cinco de julho.

Enfim, Sr. Presidente, aqui está o nosso PDL nº 30, de 2023, que revoga exatamente essa resolução Seduc. Não vou mais precisar provar, porque o próprio governo está recuando, Sr. Presidente.

Primeiro, foi obrigado a recuar da compra dos livros, na verdade, não queria mais entrar no programa do livro didático, ou seja, ele ia retirar o livro didático do ensino fundamental, da rede estadual.

Houve toda uma movimentação e a nossa ação popular, não só minha, do meu mandato, mas da deputada federal Luciene Cavalcante, professora também, do vereador Celso Giannazi, da Câmara Municipal, e ele teve que voltar atrás, porque nós ganhamos na Justiça uma liminar da nossa ação popular.

Agora ele começa a recuar pela pressão, pelo desgaste, então, para não entregar os dedos, ele começa a entregar os anéis, começa a recuar, Sr. Presidente, mas tem que recuar muito mais.

Nós queremos que o governo encaminhe para a Assembleia Legislativa o projeto para flexibilizar as APDs, as famosas Atividades Pedagógicas Diversificadas. Elas devem ser feitas em local de livre escolha pelos professores; eles estão matando os nossos professores, essa é a verdade.

A questão da falta-aula, que não foi resolvida ainda, o governo tem que encaminhar o projeto, ele prometeu, esse Renato Feder, secretário da Educação e dono da Multilaser, já em três momentos fez até uma live e até agora nada. O projeto não chegou à Assembleia Legislativa, presidente.

Então é isso, e essas plataformas todas oprimindo os nossos professores. Mais um passo atrás, Sr. Presidente. Só falta agora ele exonerar esse Renato Feder, ele é o grande causador de todo esse caos que estamos vivendo hoje, na Educação do estado de São Paulo, por isso nossa bandeira aqui é “Fora, Renato Feder”.

Por fim, Sr. Presidente, quero registrar aqui o que aconteceu ontem, na Escola Estadual Antônio Carlos da Trindade, em Osasco. Essa escola pertence à Diretoria de Ensino de Osasco. O que aconteceu, Sr. Presidente?

É uma escola PEI, faz parte do Programa de Ensino Integral, e ontem uma professora teve um acidente com o seu carro, teve um problema e atrasou, chegou atrasada, mas mesmo assim entrou, deu uma ou duas aulas e depois a direção da escola disse que ela não poderia estar dando aula, pois, pela legislação, pela Lei 1374, o professor e a professora, quando atrasam ou saem de uma aula, perdem todas as aulas.

Se um professor tem cinco aulas de matemática, ele dá quatro, acontece algo e ele tem que se retirar na última, ele perde as aulas que ele deu. Isso está na Lei 1374, que tem que ser revogada imediatamente, isso é uma excrecência, uma afronta à legislação trabalhista, isso não existe em nenhum lugar do mundo, só aqui no estado de São Paulo, por isso exigimos que seja alterado.

Aí a diretora pediu para a professora ir embora, olha o absurdo, Sr. Presidente, a professora vai embora e os alunos ficam sem as aulas. Mas houve uma revolta no bom sentido, uma revolta civil, de indignação dos professores todos da escola, que se manifestaram a favor da professora e saíram da escola em solidariedade à professora. E os alunos também não tiveram aula, os professores foram solidários.

Isso é importante, Sr. Presidente, está acontecendo isso na rede estadual, ninguém aguenta mais esse caos. Isso tem que ser mudado, tem que revogar essa questão da falta-dia e

trazer de volta a falta-aula, como era antes da aprovação dessa famigerada lei.

E também, Sr. Presidente, mudar o processo de contratação dos professores e diretores da escola PEI. Esse sistema é opressor, é autoritário, excludente, gera um clima de perseguição, de assédio moral. Isso já é comum na rede estadual, agora, em escola PEI fica muito pior.

Então, esse episódio da Escola Estadual Antonio Carlos da Trindade, em Osasco, mostra claramente que tem que mudar a Lei 1.374. Nós queremos a volta da falta à aula e o fim do autoritarismo da escola PEI. Isso tem que ser alterado imediatamente. Cadê o secretário da Educação para resolver isso?

O secretário só pensa em vender os seus produtos da Multilaser, só pensa nas plataformas digitais, só pensa nesses slides com erros gravíssimos que iriam substituir os livros didáticos. Olha o absurdo. É o caos na Educação, Sr. Presidente.

Termino aqui a minha intervenção de hoje dizendo que todo esse caos, essa crise não é crise, na verdade. Aí eu vou, e vou citar muito, porque a frase do nosso querido Darcy Ribeiro - um dos maiores intelectuais do Brasil - é tão moderna e cabe nesse momento histórico que nós estamos vivendo, que é a seguinte: que a crise da educação não é uma crise, é um projeto das elites econômicas.

Aqui, no caso, é um projeto do governo Tarcísio contra o povo de São Paulo, contra os nossos alunos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Na sequência dos oradores inscritos no Grande Expediente, chamo o deputado Capitão Telhada.

Tem V.Exa. dez minutos regimentais para o uso da tribuna.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Excelente tarde a todos. Retornamos para uma nova inserção, para uma nova comunicação nesse Grande Expediente. Aproveito para cumprimentar a todos que nos acompanham pela TV Alesp, agora, a partir das 15 horas, transmitida em todo o estado de São Paulo, e venho a esta tribuna, nesta tarde, para falar a respeito da nossa região do litoral paulista, da Baixada Santista.

Ontem conversamos por um longo tempo com o secretário de Segurança Pública, com o nosso amigo, capitão da Polícia Militar, deputado federal licenciado na função de secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, acerca da Operação Escudo que vem sendo desenvolvida há 40 dias na Baixada.

E esse assunto reverberou pelas mídias digitais, pela imprensa, principalmente lá no Guarujá, em Santos. Então, vamos trazer esse assunto aqui à tona. Eu preparei um slide básico com os resultados, com os números alcançados na Operação Escudo nesses 40 dias de atuação.

Tem como deixar grande esse slide aí na televisão, por favor, para que todos os espectadores na televisão acompanhem? Se tiver como me tirar e deixar só o slide, melhor ainda.

Então, vamos lá, pessoal, 40 dias de Operação Escudo na Baixada Santista, principalmente Guarujá e Santos. Nós tivemos lá, nesse meio tempo, quatro policiais feridos, hospitalizados. Tivemos quatro policiais militar, policial federal, guarda civil metropolitano feridos, que tiveram a vida garantida; sobreviveram e estão ainda internados em recuperação.

No confronto com as polícias, tivemos um resultado de 28 criminosos mortos, 28 bandidos que tombaram no combate com as forças policiais, enfrentando as forças policiais, atentando contra a vida dos nossos soldados, dos nossos valorosos homens e mulheres da Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Civil que estavam lá na operação.

Nesses 40 dias, pasmem, tivemos 958 criminosos presos. Desses 958 presos, 382 procurados pela Justiça. Olha a falha da nossa Justiça aí, 382 bandidos que estavam à solta nas ruas do litoral paulista e agora estão recapturados pelas forças policiais. Novecentos e sessenta sete quilos de drogas - quase uma tonelada de droga retirada da rua, retirada do convívio social - e 117 armas apreendidas.

Pode voltar a imagem, muito obrigado. Essas 117 armas são fuzis, são submetalhadoras, pistolas, revólveres, todas armas ilegais que estavam na mão de criminosos e que estavam roubando, que estavam metendo cano em pai de família, em cidadão que mora, que trabalha, que estuda lá na Baixada Santista, que vai para ter o seu lazer, que sai aqui da Capital, que sai de outros lugares para descer um final de semana, sendo roubado por esse bando de vagabundos, 958 bandidos presos.

Olha o bem que a Operação Escudo, que a Segurança Pública e que as polícias fizeram pelo Litoral nesses 40 dias. Mais do que tudo isso, a população clamando por segurança pública, clamando por ordem, por organização, por paz.

Foi isso que as polícias foram levar para a Baixada, um problema crônico lá que não é de hoje, que não é de 2023. Um problema crônico. Nosso presidente conhece muito bem esse assunto, Major Mecca; eu conheço muito bem esse assunto, trabalhamos na Rota, no COI, trabalhamos na Baixada diversas e diversas vezes, em dezenas, centenas de operações.

É um problema de décadas e décadas de, infelizmente, adoção de políticas de Segurança Pública fragilizadas, sem investir no homem, sem investir no que mais importa, que é a qualidade do serviço, que é a saúde mental do policial, que é o equipamento e que é as retaguardas jurídicas para o policial atuar.

A Baixada Santista tem suas características próprias, desde a geografia do terreno, com grandes morros, montanhas, espremidas pelo mar e pela Serra do Mar, estão lá as cidades.

E ali tem favelas, tem comunidades, tem casas grandes, tem apartamentos de pessoas com grande poder aquisitivo. É um problema que vem sendo aumentado, potencializado nos últimos anos e deflagrou no que nós vimos em 2023.

Em uma breve recapitulação dos fatos, nós tivemos, neste ano de 2023, sete policiais assassinados no Guarujá, desde policiais veteranos, policiais aposentados, na hora de folga, fazendo feira, indo à farmácia, ao supermercado ou, então, trabalhando na hora de folga, porque é que o nosso policial é obrigado a fazer com o desfalque salarial que nós sofremos há tanto tempo, que tenta ser corrigida agora pelo governo Tarcísio, que está indo muito bem, já deu um aumento inédito e histórico no primeiro ano de governo, mas os nossos policiais veteranos têm que trabalhar mesmo aposentados, mesmo tendo cumprido seus 30 ou mais anos de serviço.

E nós tivemos sete casos de policiais assassinados lá. O último caso foi do soldado Reis, em serviço na Rota, que foi morto. A partir daí foi desencadeada a Operação Escudo, com esses resultados que eu apresentei.

Eu venho aqui, nesta tarde, para dar um recado para a população da Baixada Santista: não se preocupe, a Polícia Militar e a Polícia Civil não estão deixando a Baixada, não estão entregando a cidade para o crime, saindo do local e deixando tudo sob a responsabilidade do batalhão local. Negativo.

Vai continuar o reforço policial, o efetivo dobrado vai continuar em serviço lá no Guarujá e em Santos. A Operação Escudo, agora, migra para a chamada Operação Impacto. O que acontece então?

Os BAEPs, que são os Batalhões de Ações Especiais de Polícia - cada região, cada macrorregião de São Paulo tem o seu BAEP -, que estavam reforçando a região da Baixada Santista, esses BAEPs, esses efetivos dos Batalhões de Ações Especiais de Polícia retornam para suas regiões, porque lá também tem as suas peculiaridades, lá também tem crime acontecendo, tem população que precisa de segurança também.

Esses BAEPs retornam para as suas regiões, Guarulhos, Piracicaba, São José dos Campos, Presidente Prudente, Sorocaba etc., e a Tropa de Choque continua na Baixada Santista; o 3º Batalhão de Choque, o 2º Batalhão de Choque com a Rocam, o 1º Batalhão de Choque, que é a Rota, continua em operação lá no Guarujá.

Inclusive segunda-feira eu estava em Santos, encontrei o efetivo da 4ª Companhia de Rota em ação na Baixada Santista, nesta segunda-feira agora, antes de ontem. O COI permanece incursionando com a sua peculiaridade de discríção nas operações nos morros, nas favelas do Guarujá.

Continua em operação lá. O bandido que ainda não foi preso é melhor nem sair de casa, porque a Tropa de Choque continua em operação no Guarujá, continua em operação em Santos e não vai parar.

Eu tenho informação, diretamente pelo secretário, que esse efetivo dobrado ou triplicado, inclusive com DEJEM, com grande número de policiais em DEJEM, em serviço, que estariam na hora de folga, mas estão trabalhando para reforçar o policiamento, vai continuar até o final do ano, na Operação Verão, quando entra a Operação Verão, em dezembro, e aí vai dezembro, janeiro, fevereiro, até chegar o Carnaval de 2024, no mínimo.

Esse efetivo permanecerá redobrado nas ruas, nos morros e na orla da Baixada Santista, principalmente, Santos e Guarujá.

Mas, aqui também estão inseridas, principalmente na Operação Verão, outras cidades do litoral paulista, desde Itariri e Pedro de Toledo, no litoral sul, até o extremo, na divisa com o Rio de Janeiro, com Ubatuba. Então, é essa a informação que nós temos.

Estamos atentos a tudo que está acontecendo. Mantenho contato diuturno com os nossos amigos, com a população do Guarujá, que me passa as informações, que me passa as dores, as necessidades.

Mantemos o contato, o gabinete aberto, com os nossos agentes policiais, os nossos policiais militares, os nossos policiais civis, que estão trabalhando lá, nos trazendo informação, nos trazendo as necessidades.

Temos informação quente, inédita, do secretário de Segurança Pública que, agora, em poucos dias, será inaugurada a nova sede do 21º Batalhão do interior, que é o batalhão que faz o Guarujá. O 21º BPMI terá a sua sede nova inaugurada, para dar mais qualidade de vida, qualidade de convivência e de trabalho para os policiais.

Temos a notícia, também, de que no ano que vem, na entrada do ano de 2024, terá a inauguração, no Guarujá, de uma companhia do 2º Baep, que é o Baep responsável por toda a Baixada Santista.

Então, nós teremos lá, no Guarujá, uma companhia do Baep, que eu não tenho dúvida, que levará a um policiamento mais enérgico e de maior força para perto do problema, que é onde mora ali os índices criminais estourados, roubos, furtos, tráficos, de maneira que a população...

E, é para esses homens e mulheres, para a população, que os policiais estão lá em serviço, arriscando suas vidas, colocando a sua qualidade, até de lazer, em jogo, mas para dedicar um serviço de excelência para você, cidadão de bem, que mora no Guarujá, que mora em Santos, que mora na Baixada Santista, e precisa de uma polícia bem preparada, bem equipada e motivada para te defender contra o crime.

Nós sabemos que os nossos policiais, as nossas corporações, são a linha tñeue, são a última trincheira, são o último recurso, para que o Brasil caia na mão do narcotráfico e caia na mão do mal, do crime.

Nós estaremos lá, fazendo frente, segurando os nossos escudos, apontando as nossas armas, fazendo visada, contra o crime e defendendo o cidadão de bem que precisa de nós aqui na retaguarda.

Parabéns aos policiais civis e militares que estiveram empenhados na Operação Escudo, aos guardas civis metropolitanos de todas as cidades da Baixada. Parabéns e muito obrigado pelo apoio. Vocês fazem parte do sistema de Segurança Pública. Muito obrigado a todos que ficaram esses 40 dias longe de casa, levando segurança ao cidadão da Baixada, e um bom retorno para as suas cidades.

Contem conosco aqui, com a bancada da Segurança Pública na Assembleia Legislativa, para fazer essa retaguarda política, para fazer essa retaguarda jurídica. Encerro o meu discurso parabenizando o secretário Guilherme Derrite pela postura, coragem, inteligência, estratégia e conhecimento na condução dos trabalhos à frente da Secretaria e no comando maior das polícias.

Agradeço imensamente ao governador Tarcísio de Freitas, por acreditar nas polícias que tem sob o seu domínio, que tem sob o seu comando, e confiar que esses homens e mulheres podem, sim, fazer a diferença lá na ponta da linha, na rua.

Muito obrigado, senhores, bom retorno aos seus lares.

Contem sempre com o Capitão Telhada.

Minha melhor continência aos senhores.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Muito obrigado, deputado Capitão Telhada. Como o senhor disse, o combate ao crime no Guarujá, no litoral de São Paulo, em todo o estado de...

Do nosso Estado, todas as cidades do nosso Estado, continua firme graças à bravura dos nossos homens e mulheres que envergam a farda da Polícia Militar, aos policiais civis, policiais técnico-científicos, aos policiais penais.

Em outros momentos, Capitão Telhada, no primeiro gesto das comissões de Direitos Humanos, no primeiro gesto dos deputados de esquerda, dos partidos de esquerda, nós, policiais, já éramos transferidos para bem distante das nossas casas e punidos por trabalhar.

Mas, graças a coragem do governador Tarcísio de Freitas, do secretário Guilherme Derrite, a luta contra o mal, como disse V. Exa., o combate ao crime organizado e aos criminosos do nosso Estado continua e permanece firme, com todo o nosso apoio.

Dando sequência à relação dos oradores inscritos no Grande Expediente...

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Pela ordem, deputado Capitão Telhada.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Solicito o levantamento da sessão do Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Havendo acordo de lideranças, antes de dar por levantada a sessão, convoco V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 40 minutos.

* * *

11 DE SETEMBRO DE 2023 98ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI e LECI BRANDÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia a presença do violonista Robson Miguel no plenário desta Casa.

2 - LECI BRANDÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - LECI BRANDÃO

Assume a Presidência.

4 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - PRESIDENTE LECI BRANDÃO

Endossa o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.